

HABEAS CORPUS Nº 502.125 - SP (2019/0093574-1)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
MARIANA PAGANO GIL - SP251644
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALESSANDRA DE PAULA DOS SANTOS CORREA (PRESO)
PACIENTE : LETICIA APARECIDA ALVES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de ALESSANDRA DE PAULA DOS SANTOS CORREA e LETICIA APARECIDA ALVES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido no julgamento da Apelação n. 0068791-07.2013.8.26.0506, a qual manteve a condenação das pacientes pelo delito de furto.

Consta dos autos que Letícia recebeu a reprimenda de dois anos e quatro meses de reclusão, no regime aberto, e onze dias-multa, sendo substituída por multa e por prestação de serviços à comunidade.

Por sua vez, Alessandra foi condenada a dois anos e oito meses de reclusão, no regime semiaberto, tendo sido indeferida a substituição da pena privativa de liberdade.

A impetrante defende a nulidade do feito, porquanto as pacientes estavam presas e não foram requisitadas para a audiência de instrução e julgamento. Afirmar ainda que deveria ter sido fixado o regime aberto aberto, bem como substituída a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, em relação à paciente ALESSANDRA.

Requer, assim, em liminar e no mérito, o reconhecimento da nulidade do feito e o estabelecimento do regime aberto, além da substituição da pena, quanto à Alessandra.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Ministério Público Federal.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Devidamente instruído, encaminhem-se os autos ao *Parquet* para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator